

INTERPRETAÇÃO EDUCACIONAL: SUBJETIVIDADE E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mairla Pereira Pires Costa¹

Neiva de Aquino Albres²

RESUMO: A tradução/interpretação em contexto educacional é um dos campos de atuação que mais absorve profissionais. Nesta pesquisa qualitativa, fundamentada na perspectiva materialista histórico-dialética, as questões investigadas são: qual a formação dos intérpretes da rede de ensino analisada? De que forma a formação dos sujeitos entrevistados pode marcar subjetivamente os profissionais? Inicialmente problematizou-se a formação exigida para a atuação dos intérpretes que atuam na esfera educacional. A partir da análise de dois documentos da rede municipal de ensino em um município de Santa Catarina, a saber: i) o edital de contratação; e ii) as Diretrizes da Política de Educação Especial, constatamos a exigência de curso superior em licenciatura para o cargo em questão e a implementação de política com a alteração da nomenclatura e descrição das atribuições do cargo. Ademais, apresentamos dados relativos à escolaridade dos entrevistados. Conclui-se que a formação traz implicações para o perfil dos profissionais, observando as constituições subjetivas dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Interpretação. Intérprete educacional. Subjetividade. Educação bilíngue.

ABSTRACT: The area of Translation/Interpreting in the educational context is a work field that attracts many professionals. In this qualitative research, having the historical-dialectical materialism perspective as our theoretical orientation, our aim is to investigate: what training have these interpreters from the educational context been given? How has this training been influencing the subjectivity of these professionals? Firstly, we have problematized the training that is required for educational interpreters. Starting from the analysis of two documents from the school system belonging to a city in the state of Santa Catarina, which are: i) the Notices of Selective Processes; and ii) the Guidelines of Special Education Policies, we have noticed there is a requirement of a teaching undergraduate qualification in order to fulfill this position and an implementation of politics concerning the nomenclature modification and the description of these professionals functions. Furthermore, we present data concerning the interviewee's educational background. We have concluded that the training can influence the professional's profile, observing the subjective constitutions of these professionals.

KEYWORDS: Interpreting studies. Educational interpreter. Subjectivity. Bilingual education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). Bolsista Capes. E-mail: mairla.libras@gmail.com.

² Professor(a) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). E-mail: neiva.albres@ufsc.br.

Introdução

Desde os anos 2000 têm emergido debates sobre educação de surdos no Brasil. Além do crescimento das matrículas desses alunos, também houve expansão das pesquisas que abordam a temática e as diversas questões relacionadas. Um dos temas que ganha destaque é a tradução e interpretação na esfera educacional, nicho de atuação que emprega muitos tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa.

Apesar de o Decreto n. 5.626 (BRASIL, 2005) ter sido publicado há 13 anos, em que foi regulamentado um conjunto de ações que dá certa notoriedade à Libras e à educação bilíngue, colocando esses temas para circular nos diversos espaços (escolas, universidades, instituições federais, dentre outros), observa-se ainda que, na prática, há muito por fazer.

Outro ponto estabelecido nesse documento é o capítulo V, intitulado “Formação dos tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa”, tema relevante por si só, porém quando o enfoque é a tradução e interpretação no contexto educacional, há muito a ser pesquisado. Desse modo, pretendemos, neste artigo, contribuir com o debate sobre a formação desses profissionais, com ênfase na atuação no âmbito educacional.

Historicamente no Brasil, a educação de surdos se constituiu de muitos desafios. Por um período longo os surdos tiveram pouco acesso ao sistema de ensino, em que os métodos utilizados, como a comunicação total e a oralização, inibiam o uso da língua de sinais. Atualmente, com as políticas de educação especial, “[...] a proposta da inclusão contempla a pedagogia da diversidade, pois todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística” (LACERDA, 2000, p. 52).

Impulsionadas pela prerrogativa da escolarização que abrange todos, diversas políticas educacionais vêm sendo implantadas no país e nas últimas décadas têm sido ofertados serviços específicos para os alunos com surdez, incluindo o tradutor/intérprete educacional de Libras e Língua Portuguesa, doravante denominado neste artigo de intérprete educacional (IE).

As pesquisas que se dedicam a compreender a atuação dos IEs relatam uma confusão nos papéis desses profissionais ou mesmo uma inquietação quanto ao perfil profissional do intérprete nesse contexto. Esse estudo é um recorte de pesquisa de Mestrado em andamento, em que se objetiva questionar os intérpretes educacionais, que atuam em determinada rede de ensino, a respeito de suas experiências e percepções de sua atividade laboral e identificar os elementos subjetivos intrincados em sua prática, evidenciando a singularidade desses sujeitos neste contexto social.

Assim, perguntamos: qual a formação dos intérpretes de uma secretaria municipal de educação em SC? Quais as influências da formação inicial e/ou continuada na subjetividade dos intérpretes educacionais? De que forma essa formação pode marcar subjetivamente os profissionais? Com base em dados de um estudo de caso, pretendemos refletir sobre a formação dos intérpretes educacionais e sua constituição subjetiva analisando dados documentais e dados dos IE que atuam no município pesquisado. Por isso, nosso objetivo é problematizar a formação dos intérpretes educacionais que atuam em escolas públicas inclusivas em Florianópolis e os aspectos subjetivos que emergem desses dados, relacionando com os documentos do âmbito municipal que discorrem sobre esses profissionais (formação exigida para o cargo e atribuições para exercício da função).

Subjetividade e a constituição social dos intérpretes educacionais

A subjetividade é um termo em voga no campo da Educação, Psicologia, em Estudos Antropológicos, Linguísticos e de Tradução/Interpretação. De certa forma, articula-se com aspectos da singularidade e da individualidade (DEL RÉ; HILÁRIO; VIEIRA, 2012) e pode ser conceituada com base em diferentes perspectivas teóricas e ancorada em estudos de diferentes autores. Neste texto, apresentamos sucintamente o conceito de subjetividade pautados na perspectiva histórico-cultural. A partir deste conceito, problematizamos sua indicação em políticas educacionais para atuação de intérpretes educacionais.

Segundo González Rey (2012, p. 137), a subjetividade “é um macroconceito que integra os complexos processos e formas de organização psíquicos envolvidas na produção de sentidos subjetivos”. Isto posto, possibilita compreender a psique humana, entendendo-o como “qualidade de todos os processos e fenômenos humanos complexos, sociais e individuais” (GONZÁLEZ REY, 2017, p. 53). Acrescentamos também que “representa uma qualidade que especifica os processos humanos nas condições da cultura [...]”, assim como, “é uma produção singular que caracteriza a experiência vivida” (GONZÁLEZ REY; GOULART; BEZERRA, 2016, p. 56).

O autor discute esse conceito em meio à escola e seu fim, ou seja, nas relações de ensino-aprendizagem, em que, aplicado à aprendizagem e na busca por compreendê-la, reconhecem-se essas relações não como fenômenos estáticos, pelo contrário, constituem-se processualmente.

Deslocando o conceito de subjetividade para refletirmos sobre o IE e o exercício da atividade de interpretação, devemos levar em consideração os aspectos subjetivos do

profissional que, em meio às experiências em sala de aula, sua formação, seja ela inicial ou continuada e as construções subjetivas nos diversos domínios, se expressam de formas diversas. Além disso, no processo de interpretação, o profissional está intimamente relacionado com o sujeito à sua frente, o aluno surdo, em situações singulares.

Nesse sentido, concordamos que “a subjetividade vai passando por múltiplas e contínuas reconfigurações. A subjetividade é marcada por um caráter social e histórico. Então, não está cristalizada, mas é um processo de percepção em constante transformação” (ALBRES, 2019, p. 74). A constituição e formação da subjetividade do intérprete educacional possui uma relevância especial, dada a premência em refletir a atuação frente a crianças surdas, observando a complexidade que circunda esse trabalho, como, por exemplo, o desenvolvimento de linguagem, a discriminação social e aceitação familiar do(a) aluno(a), ou mesmo o desconhecimento dos profissionais da escola inclusiva sobre a educação de surdos, ao passo que, cada aluno surdo tem sua singularidade pautada em sua história de vida e trajetória acadêmica (experiências).

Quando consideramos a esfera educacional, há determinadas especificidades que envolvem o processo de interpretação (as condições para sua realização, as competências básicas e particulares, o público-alvo, os professores das disciplinas, questões de interpretação propriamente dita, dentre outros), exigindo do profissional capacidades não apenas associadas à atividade de interpretação, mas também a técnicas e estratégias para lidar com a dinâmica dialógica inerente à atividade a ser realizada.

Ao examinar a interpretação educacional em sala inclusiva, ou seja, em turmas com a presença de surdos falantes de Libras e ouvintes que pouco ou não sabem Libras falantes de português, deve-se atentar a outros pontos que também interferem direta ou indiretamente na sua execução, como, por exemplo, a relação entre intérprete e professor(es), entre intérprete e alunos(as) surdos(as), entre intérprete e os(as) alunos(as) ouvintes.

Na literatura sobre interpretação educacional outros pontos abordados são os papéis do intérprete educacional, a formação necessária, as competências e atribuições exigidas, ou ainda, as demandas e desafios intrínsecos a essa profissão. Algumas autoras têm concentrado suas atenções em pesquisar a interpretação no contexto educacional, são elas: Lacerda (2000; 2012), Lodi (2009; 2013), Martins (2016) e Albres (2013; 2015; 2016; 2018; 2019). Cabe destacar que, subjetivamente, as atitudes de um profissional são regidas pelas convenções de sua carreira registradas em signos, sejam eles escritos (documentos, regimentos, portarias de designação)

ou orais (palestras, discursos dos agentes da escola, discursos da comunidade surda do que esperam dos intérpretes).

Diante desse quadro social, os intérpretes muitas vezes estão comprometidos social e politicamente para a formação dos surdos, envolvidos afetivamente e tocados subjetivamente pelas suas pautas (ALBRES, 2019). Assim, considerar a subjetividade dos intérpretes educacionais em toda sua complexidade suscita um outro olhar para esse fazer.

A medida que entendemos que a subjetividade (seja no nível social ou individual) se estabelece dinamicamente no convívio com outros sujeitos, por meio da configuração dos sentidos subjetivos concebidos por esses profissionais a respeito de sua atividade laboral, sua concepção sobre os outros e sobre seus diversos aspectos, passamos a compreender como essas subjetividades se organizam e reorganizam no espaço escolar, de modo que “[...] a conversão do social em individual se dá pelas determinações histórico-políticas vivenciadas pelo sujeito, demarcada em sua subjetividade, registrada por suas funções psicológicas” (ALVES, 2011, p. 37). Dito isto, pensar a formação de intérpretes educacionais envolve compreender que “[...] a premissa dessa atuação interpretativa perpassa pela formação específica e pelas vivências práticas” (GESSER, 2015, p. 540). Nesse sentido,

Em um espaço discursivo como o da escola, esse preparo da aula conta não apenas com o domínio do conteúdo como também com habilidades para lidar com eventos comunicacionais-interativos nele imbricados: compreensão de enunciados, discussão de temas, aquisição de vocabulário e de conceitos, atividades de leitura e escrita, exercícios de fixação, explicação de fórmulas e resolução de problemas, revisão de conteúdo, correção, tira-dúvidas, etc. (Ibid., p. 540).

As políticas públicas, sejam elas de cunho linguístico ou educacional, são uma generalização do que determinados grupos necessitariam e normalmente servem para dar diretrizes amplas, necessárias para orientar determinadas condutas. No entanto, com base nos pontos acima apresentados, entendemos a “[...] necessidade de revermos a formação de intérpretes que atuam no contexto educacional, inclusive problematizando-se os efeitos do ato meramente instrumental da interpretação (GESSER, 2015, p. 553) ou mesmo na aprendizagem dos tradutores e intérpretes educacionais ao encará-la como um processo subjetivo.

Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e configura-se como um estudo de caso, no qual selecionamos o serviço de interpretação para alunos surdos em condição de inclusão escolar, situados em contexto social e histórico específicos. O trabalho foi realizado a partir de documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) estudada, como parte dos dados contextuais históricos. Realizamos análise documental, especificamente de documentos que tratem da formação dos intérpretes educacionais. Seguimos os princípios da pesquisa histórico-cultural, “compreendendo que a análise de uma fonte escrita é apenas um instrumento para interpretação e que o sujeito pesquisador é peça fundamental para a construção de conhecimento”, preceito esse com base em Amorim (2002) e citado por Albres (2016, p. 4).

O “estudo de caso” tem como característica a investigação de “um fenômeno contemporâneo em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto puderem não estar claramente evidentes” (YIN, 2015, p. 2). Complementamos que, pela especificidade é necessário um bom trabalho descritivo do contexto histórico do caso. Referindo-se aos cenários do estudo de caso, citamos:

Portanto, o estudo de caso pertence ao grupo de métodos qualitativos de pesquisa [...] que podem contribuir ao conhecimento além do particular em três cenários diferentes: (1) em explorar questões de como e porque, (2) para a geração de hipóteses (em oposição à hipótese testes) e (3) para testar a viabilidade de um quadro teórico. (SALDANHA; O'BRIEN, 2014, p. 209).³

Os documentos analisados neste trabalho foram: i) a Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação (SME); ii) o Edital de concurso para o corpo docente (quadro 1); e iii) os dados do perfil acadêmico dos profissionais que atuaram na rede pesquisada em 2018 (quadro 2). O critério para seleção desses documentos para análise se deu pela possibilidade de articulação entre a política e o efetivo perfil dos profissionais que atuam na rede de ensino, material profícuo para problematizar aspectos da formação acadêmica e subjetivos desses profissionais.

Quadro 1 - Documentos da Secretaria Municipal de Educação

³ *Therefore, the case study belongs to the group of qualitative research methods [...] can make contributions to knowledge beyond the particular in three different scenarios: (1) in exploring questions of how and why, (2) for hypothesis generating (as opposed to hypothesis testing), and (3) for testing the viability of a theoretical framework (SALDANHA; O'BRIEN, 2014, p. 209)*

Documentos	Descrição
Portaria nº 122/2016	Estabelece diretrizes da política de educação especial da Rede municipal de ensino de Florianópolis
Edital nº 004/2018	Processo seletivo de professores substitutos

Fonte: PMF (2016; 2018).

Também utilizamos a análise documental pois consideramos “[...] uma técnica importante na pesquisa qualitativa, ou seja, complementa informações obtidas por técnicas específicas, desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Já os dados dos profissionais foram levantados em entrevistas individuais, como procedimento de geração de dados descrito no projeto de mestrado citado. Para tal, foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), órgão vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de analisar os discursos do intérprete educacional no que diz respeito à sua atuação e relação entre ele e aluno(as) surdo(as) e, entre ele e professor(es) regente(s), para, a partir disso, levantar que implicações podem decorrer para a realização da interpretação no espaço escolar, enviesado pelas subjetividades desses profissionais.

O projeto cumpre os padrões éticos orientados pelo CEPSH, que inclui o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), documento elaborado pelas pesquisadoras com base na legislação vigente e que é apresentado aos participantes da pesquisa (CEPSH, 2013). Na próxima seção nos propomos a entrelaçar os discursos dos documentos com os dados das entrevistas, a fim de problematizar a complexa constituição subjetiva dos intérpretes educacionais.

Análise da política local e a subjetividade dos sujeitos

Na escola inclusiva, considera-se a presença do intérprete educacional, profissional facilitador na efetivação da comunicação entre usuários de Libras e de português no contexto escolar, indivíduo que auxilia na interação entre surdos e ouvintes. Silva e Fernandes apresentam o tradutor intérprete educacional

[...] como profissional bilíngue que oferece suporte pedagógico aos estudantes surdos matriculados nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sendo responsável pela mediação linguística e comunicação e uso corrente nas situações cotidianas entre o aluno surdo e os membros da comunidade escolar, reafirmando a importância do TILS em contextos educacionais inclusivos (SILVA; FERNANDES, 2018, p. 39).

Por sua vez, o professor, ao lecionar, comunica-se dialogicamente com os alunos, proferindo a aula discursivamente, observando o viés pedagógico que é inerente ao gênero. Para o intérprete educacional, o mesmo se aplica, pois, “ao mediar conhecimento em Libras, ele precisa lançar mão de uma linguagem pedagógica surda possível de se fazer no repertório das línguas de sinais” (GESSER, 2015, p. 538). No que se refere às políticas públicas, de forma geral, têm garantido esse profissional, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁴, no artigo 9 do documento

1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros (BRASIL, 2012, p. 34-35).

Na alínea “e” deste artigo, estabelece o compromisso do Estado em “Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e **intérpretes profissionais da língua de sinais**, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público” (BRASIL, 2012, p. 36, grifo nosso). Assim como as políticas educacionais-no âmbito nacional trazem em seu texto a garantia de intérpretes educacionais para mediação pedagógica em sala de aula de escolas inclusivas.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

III - prover as escolas com:

[...]

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

A questão que se coloca é: qual profissional assumiria a função de intérprete educacional? Com que tipo de formação? Parece que a resposta seria simples se apontarmos para a formação específica (curso de formação superior para TILS, como o curso Bacharelado em Letras Libras). Todavia, quando nos deparamos com o número de profissionais formados no Brasil e a demanda de alunos surdos, os números não se encaixam. Também as exigências

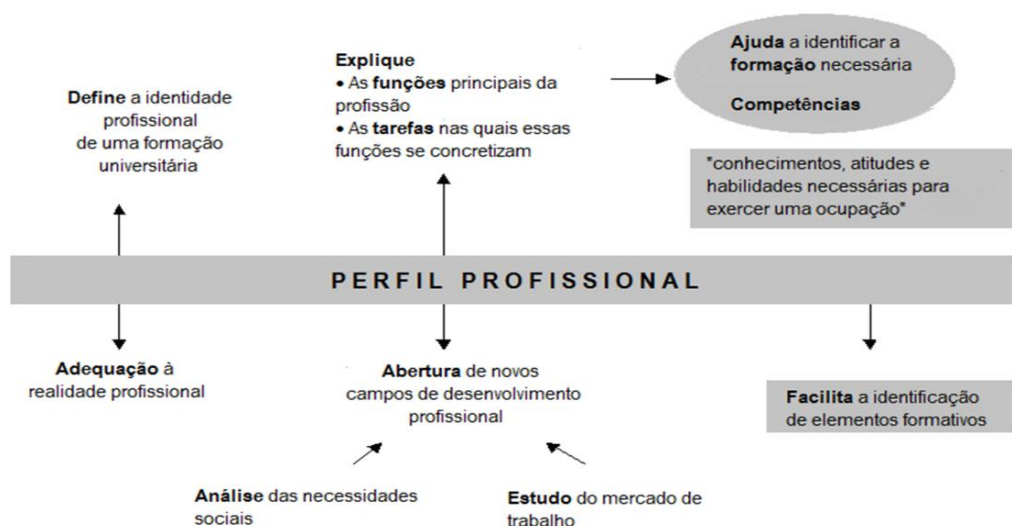
⁴ Tradução em Libras disponível em: <https://youtu.be/94W-yQ9YeGU>. Acesso em: 10 jan. 2019.

dos editais de contratação diferem bastante, conforme dados levantados em pesquisa realizada por Albres e Neves (2018) e Albres e Mendonça (2018).

Nos últimos anos poucos cursos de formação para TILS têm sido ofertados por instituições de nível superior. Cursos livres organizados por associações representativas da comunidade surda, por organizações religiosas, dentre outros, também têm seu papel na formação de intérpretes. Com a crescente demanda por profissionais para trabalhar em instituições de ensino, necessita-se refletir sobre como está ocorrendo a exigência de formação para a contratação com vistas a compreender o perfil profissional.

De acordo com Yániz e Villardón (2006, p. 20), o perfil profissional de determinado campo de atuação produz a identidade profissional, consistindo em especificar as funções principais da profissão e suas tarefas, com vistas a adequá-la com base na realidade profissional, possibilitando um estudo do mercado de trabalho conjuntamente com a análise de necessidades dos contextos sociais. Entretanto, todas essas informações devem dialogar com as demandas formativas, isto é, contribui para (re)pensar currículos e aspectos de formação inicial e continuada desses profissionais (figura 1).

Figura 1 – Perfil profissional



Fonte: Yániz e Villardón (2006, p. 20).

Ainda sobre a formação dos tradutores e intérpretes de Libras e Língua portuguesa, apesar de o Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005 prescrever no capítulo V de que modo devem ser efetivadas, ainda não há no Brasil uma concordância em relação às exigências mínimas para contratação, nem tampouco um direcionamento claro a respeito das atribuições deste profissional.

Pesquisas apontam divergências em relação ao que constam nos editais de concursos públicos e processos seletivos (FRANCISCO; SANTOS, 2016), porém reconhece-se o quanto é indispensável que haja constante aperfeiçoamento, principalmente em relação à atualização em Libras, visto que é uma língua em franca difusão e desenvolvimento linguístico (criação e padronização de sinais).

No estudo de caso desenvolvido nesta pesquisa, analisamos a Portaria n. 122/2016, que estabelece as diretrizes para a Política de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino, dentre os quais institui no Art. 10, a nomenclatura do cargo – Professor Auxiliar Intérprete Educacional – para o intérprete educacional e determina que esse profissional “atua na tradução e na interpretação Libras-Português/Português-Libras em diferentes contextos e situações do ambiente educativo” (PMF, 2016, p. 6). Neste documento, no Artigo 10, constam também as 23 atribuições do profissional. Albres e Rodrigues (2018) analisaram a política local e concluíram que

Todas as atividades vinculadas aos IE são singulares e dependentes do contexto da sala de aula, da necessidade de cada aluno, das características de cada disciplina e, até mesmo, da empatia e articulação com cada professor regente. Essas diversas atribuições dos IE evidenciam a complexidade da atuação e reiteram, uma vez mais, a importância de uma formação adequada que envolva aspectos linguísticos, extralinguísticos, atitudinais, tradutórios, interpretativos, didáticos e pedagógicos (ALBRES; RODRIGUES, 2018, p. 34).

Percebemos a complexidade que transpassa essa esfera de atuação, pois, além das normativas nos âmbitos federais, estaduais e municipais, sejam leis, decretos e políticas educacionais e outros documentos de cunho diretivo, há também os editais que prescrevem a formação desses profissionais e que são caracterizados pela variação de formação exigidas para seleção/contratação. Além do mais, as particularidades e condições no qual os profissionais se deparam no local de trabalho, sejam referentes à cultura organizacional da instituição de trabalho, das peculiaridades e historicidade dos(as) alunos(as) para quem interpretará e a constituição da subjetividade do profissional que “pode ser creditada às interações sociais às quais estão ligadas, ao espaço que ocupam na mediação pedagógica e ao papel importante que têm no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos” (ALBRES, 2019, p. 102).

Causa estranheza que as instituições de ensino exijam apenas a formação em nível médio, pois mais uma vez estariam desqualificando a atuação do intérprete educacional. Destacamos que a exigência de formação superior em curso específico de tradutor e intérprete consta apenas no Decreto n. 5.626/2005; contudo, no Brasil temos atualmente apenas oito cursos em instituições públicas, como indicam Albres e Souza Junior (2018). Sobre a formação

mínima exigida para participação no processo seletivo na rede de ensino, registramos os seguintes dados do edital 004/2018 para contratação de substituto (PMF, 2018):

- Graduação no curso de Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Graduação nos cursos de Licenciaturas e pós-graduação com, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, em LIBRAS ou Educação de Surdos;
 - Graduação nos cursos de Licenciaturas, com curso complementar (bacharel, educação profissional ou extensão universitária) com, no mínimo, 80 (oitenta) horas, em LIBRAS Avançado;
 - Formação no ensino médio em Magistério, com curso complementar (bacharel, educação profissional ou extensão universitária) com, no mínimo, 80 (oitenta) horas, em LIBRAS Avançado;
 - Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciaturas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- (*) Em todas as formações o candidato deverá ser ouvinte e ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (PMF, 2018, p. 2).

De acordo com o descrito, é possível que um candidato à vaga não possua formação específica como tradutor/intérprete; ao contrário, é dada preferência aos cursos de Licenciatura, seguido da formação no Ensino Médio em Magistério, denotando o viés pedagógico considerado pela rede de ensino em questão. Ademais, a formação exigida pode mudar anualmente ou mesmo a ordenação, conforme foi possível verificar ao analisar o Edital n. 002/2017 (2017)⁵.

Apresentamos a seguir a formação dos participantes da pesquisa, ou seja, dos intérpretes educacionais que atuaram em sala de aula no atendimento de alunos surdos, sejam como efetivos ou com contrato em caráter temporário nas escolas municipais. Ressaltamos ainda que foram nove profissionais entrevistados, sendo que dois profissionais efetivos não atuaram no ano de 2018, contudo foram entrevistados por terem vasta experiência na Rede de Ensino e atuaram nos três últimos anos com esse público-alvo. No quadro 2 apresentamos a formação, o tipo de contrato e a carga horário de trabalho e o nível de ensino dos profissionais entrevistados⁶.

Quadro 2 – Formação acadêmica dos intérpretes educacionais

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TIPO DE CONTRATO	CH	NÍVEL DE ENSINO QUE ATUOU EM 2018 ⁷
IE 1 - Olive	Licenciatura em Ciências Biológicas Espec. em Metodologia do Ensino Superior Mestrado em Educação Ambiental	Efetivo(a)	40h	Anos iniciais e finais

⁵ Disponível em:

http://substituto2018.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2017_PMFPS_Ed02_com_TA_01.pdf.

⁶ Os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios a fim de preservar sua identidade e foram inspirados na natureza.

⁷ Para os profissionais que não trabalharam na função em 2018, consideramos o último ano que atuou como intérprete educacional.

IE 2 - Melissa	Licenciatura em Pedagogia Especialização em Libras	Efetivo(a)	40h	Anos iniciais
IE 3 - Dália	Licenciatura em Letras Português Especialização em Língua Brasileira de Sinais	Efetivo(a)	20h	Anos iniciais
IE 4 - Acácia	Licenciatura em Educação Física Especialização em Educação Física Escolar	Efetivo(a)	40h	Anos iniciais e finais
IE 5 - Tulipa	Pedagogia	Efetivo(a)	40h	Anos iniciais
IE 6 - Margarida	Pedagogia - Educação Especial Especialização em Educação Especial	Substituto(a)	40h	EJA
IE 7 - Azaleia	Ensino Médio - Magistério Licenciatura em Ciências Biológicas Especialização em Educação de Surdos	Substituto(a)	40h	Anos iniciais e finais
IE 8 - Hazel	Licenciatura em Letras Português Bacharelado em Letras Libras (cursando)	Substituto(a)	20h	Anos iniciais
IE 9 - Violeta	Licenciatura em Pedagogia (cursando) Bacharelado em Letras Libras (cursando) Técnico Integrado de Tradução e Interpretação em Libras/LP	Substituto(a)	20h	Anos finais

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Constatamos que 88% dos profissionais tem formação superior completa e que 67% concluiu curso de Pós-graduação *lato sensu*, concentrados na área de Educação e um profissional tem Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado), representando 12% dos entrevistados. Apenas 24% está cursando graduação em formação específica na área de Tradução e Interpretação.

Vale lembrar que os profissionais que atuam na tradução e interpretação Libras-Português na RME são, primeiramente, professores, assim como a própria denominação do cargo destaca: *Professor* Auxiliar Intérprete Educacional. Portanto, é possível afirmar que a própria formação exigida para a ocupação do cargo estimula certa fusão entre a prática interpretativa e a ação pedagógica [...]. Se levarmos em conta a especificidade da esfera discursiva, talvez nem seja necessária uma determinação da função dos IE como pedagógica ou interpretativa. De qualquer maneira, fica evidente que a atuação do IE carrega a fusão dessas duas áreas já estabelecidas, as quais, em intersecção, constroem novos discursos, possibilidades de interpretação e campos de atuação capazes de responder às novas demandas sociais e de superar essa dicotomia entre o caráter da interpretação, propriamente dita, versus seu caráter educacional (ALBRES; RODRIGUES, 2018, p. 37).

Consideramos ainda que a subjetividade desses profissionais certamente é construída também pela sua formação inicial e posterior que, segundo demonstrado no quadro 2, é predominantemente voltada à docência. Além disto, dos cursos de especialização informados pelos entrevistados, 36% são voltados à Educação de Surdos ou Libras, o que assevera uma relação estreita com o público que os intérpretes atendem, visto que se pressupõe que a

dimensão curricular englobe conteúdos relacionados à atividade (interpretação educacional para educandos com especificidade linguística – Libras).

Observa-se que 55% dos profissionais são efetivos na rede de ensino, circunstância que também traz implicações para os sentidos subjetivos, que “representa uma forma a mais pela qual essa complexa realidade [ou seja, os processos de organização social e às estruturas sociais] afeta as pessoas” (GONZÁLEZ REY, 2017, p. 22). A condição de estabilidade contratual e de relação trabalhista, que vai se construindo no decorrer de anos, influencia tanto nas relações com os professores e alunos, quanto com os demais colegas que atuam na mesma rede e mesma função.

Do mesmo modo, naturalmente transcorre a incorporação da cultura da rede de ensino e/ou unidade escolar, que vai sendo articulada no dia-a-dia de trabalho com a própria constituição histórica e cultural do profissional, o que reflete nos modos de agir e interagir, nas expressões discursivas e nas práticas sociais, bem como nas maneiras de ser intérprete e de interpretar. As condições que cada sujeito vivencia trazem implicações ao exercício da atividade, produzindo uma teia de fontes subjetivas que se integram e modificam-se constantemente, de forma processual, ocorrendo simultaneamente na relação entre a subjetividade individual das pessoas e as subjetividades sociais que emergem nos espaços sociais (GONZÁLEZ REY, 2013 *apud* MARTINÉZ; GONZÁLEZ REY, 2017).

Na fragilidade das políticas atuais é que as contradições se destacam, em que a política educacional bilíngue para surdos está instituída concomitante a uma política macro inclusiva. Assim, está estipulado no Decreto n. 5.626/2005 que o ensino de Libras direcionado à formação bilíngue na Educação infantil e nas séries iniciais realizada por professores sejam formados em Pedagogia ou ainda em nível médio (BRASIL, 2005); contudo, no delicado cenário da formação dos intérpretes e de sua carreira, têm colocado professores para atuar neste lugar.

Novos profissionais vão entrando em cena para atuar como intérpretes educacionais que, ao se avaliarem, muitas vezes se perguntam quais são suas atribuições e quais são as atribuições do professor regente, visto que “o desconhecimento das habilidades necessárias para uma performance adequada do intérprete, no ensino, possa afetar negativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem” (LEITE, 2004, p. 20-21).

No que concerne à Política para Educação de Surdos em Santa Catarina, a mesma está orientada para inclusão de alunos surdos e objetiva garantir o acesso e condições didático-pedagógicas para que o aluno surdo se aproprie dos conhecimentos sistematizados na escola (SANTA CATARINA, 2004). Nesse sentido,

[...] há necessidade de se pensar em espaços educacionais nos quais a língua de instrução para alunos surdos é a língua de sinais como constitutiva dos processos de aprendizagens e não como instrumento de comunicação, ou suporte para práticas de ensino baseadas na língua portuguesa (MARTINS, 2016, p. 3).

No que diz respeito à atividade de interpretação em si, a prática do intérprete educacional na escola de ensino comum tem singularidades que, por vezes se confundem com a docência. “Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas [...] e favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo” (LACERDA, 2012, p. 33).

O profissional que ocupa esse cargo assume tarefas com base em preceitos documentais (legislações, documentos internos etc.), em conhecimentos acadêmicos oriundos de sua formação, em experiências/vivências anteriores, ou seja, os variados elementos que constituem sua subjetividade. Reiteramos que o conceito de subjetividade adotado não corresponde ao encontrado no senso comum (aquele que considera a subjetividade como apenas a individual), mas sim, considera-se a “[...] qualidade de todos os processos e fenômenos humanos complexos, sociais e individuais, [...] processos que se configuram de modo recíproco, permanente, em que um é parte da natureza do outro” (GONZÁLEZ REY, 2017, p. 53)

A partir disto, consideramos que a interpretação na esfera educacional se constitui como uma atividade que envolve a subjetividade do intérprete. Desse modo, sua produção é singular e caracterizada pela experiência vivida, abrangendo “a subjetividade humana, as decisões, posições e caminhos que os indivíduos e grupos tomam no curso de suas ações constituem novos processos de produção subjetiva” (GONZÁLEZ REY; GOULART; BEZERRA, 2016, p. 56).

Admite-se que a política de educação inclusiva está posta e muitos surdos terão sua vida acadêmica desenvolvida nessas condições. Há necessidade, então, de se melhorar cada vez mais os serviços de educação especial e inclusiva destinados aos alunos surdos e usuários de Libras. O atendimento educacional especializado não se restringe aos atendimentos de contraturno; na verdade, os serviços de diferentes profissionais, dentre eles o intérprete, é um tipo de atendimento educacional especializado ocorrendo no processo inclusivo.

O modo como os próprios intérpretes, sendo um professor de formação, assumem a mediação da aprendizagem é constitutivo de sua subjetividade, de seu empenho para que a inclusão efetivamente aconteça. É relevante, contudo, levar em conta também as singularidades dos sujeitos entrevistados, entendida como “uma das características da subjetividade humana,

configurada na cultura e dela constituinte, é a diferenciação marcada dos indivíduos e distintos espaços de vida social” (GONZÁLEZ REY, 2017, p. 13).

Apesar de apresentarmos dados quantitativos da formação dos intérpretes, nosso intuito não é mensurar certificados, nem os categorizar com base em títulos, e sim expor elementos congruentes da formação desses profissionais, pela representação panorâmica da condição formativa a fim de olharmos amplamente, para que o passo seguinte seja aprofundar a compreensão minuciosa da constituição subjetiva dos sujeitos.

Conclusão

Constatamos que a seleção inicial dos IEs não exige formação superior na área de tradução e interpretação e sim graduação com habilitação em licenciatura. Dessa forma, o perfil dos profissionais que exercem a função no município pesquisado é majoritariamente de docência, formados em diversos cursos e com titulação em pós-graduação com foco em áreas correlacionadas à Educação de surdos.

Isto posto, a tradução/interpretação não se faz sem pessoas. Tradução é efeito de uma ação determinada por relações humanas e sociais envolvendo subjetividade e é a partir dessa perspectiva que se faz necessário se aproximar dos discursos dos intérpretes educacionais, a fim de analisar, por meio da perspectiva da abordagem histórico-cultural, a dimensão subjetiva desses sujeitos. Por isso, daremos continuidade a essa pesquisa analisando seus discursos, aprofundando em outros pontos levantados durante as entrevistas.

Esperamos que as problematizações que iniciamos neste artigo tenham sua potencialidade para reflexão sobre como se constitui a subjetividade dos intérpretes educacionais, destacando a formação desses profissionais. Não foi nosso objetivo indicar qual seria a formação ideal, mesmo porque, como dissemos, o desencontro de uma política de formação superior para TILS, concomitante a política educacional e linguística dificultaria esse trabalho.

Não há como apontar uma direção completamente estável sem considerar a conjuntura atual de número de profissionais *versus* número de alunos surdos matriculados na Educação básica e superior, ou mesmo sem ponderar sobre as peculiaridades que se colocam nas escolas, as singularidades que dizem respeito ao alunado surdo e a própria constituição dos intérpretes educacionais e suas configurações subjetivas.

Comprendemos que interpretação é uma atividade complexa, que envolve competências específicas (composta por habilidades, conhecimentos, atitudes) que distinguem

para atuação nessa especialidade. Poderíamos ampliar a discussão sobre formação examinando também aspectos curriculares e extracurriculares, por exemplo, e/ou vieses teóricos e pedagógicos contemplados no Plano Político Pedagógico dos cursos de Bacharelado em Letras Libras.

Ademais, não há universalização curricular e/ou pedagógica na formação em Tradução e Interpretação de Libras nos cursos de graduação do país e nem deve ter, pois reconhecemos que o Brasil é um país com dimensões continentais e que possui demandas profissionais heterogêneas. Sabemos igualmente que as graduações em geral formam profissionais generalistas e que as práticas laborais de interpretação educacional se diferem de acordo com o nível de ensino.

As pesquisas sobre a esfera educacional enquanto campo de trabalho dos tradutores e intérpretes de Libras tem se ampliado nos últimos anos, mas consideramos que ainda há muito a ser investigado, inclusive os aspectos formativos desses profissionais, pensando no processo de ensino atrelado ao âmbito do mercado de trabalho e as necessidades sociais, com olhar sensível acerca da Educação de surdos.

Referências

ALBRES, N. A. *Afetividade e subjetividade na Interpretação educacional*. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

ALBRES, N. A. Estudos sobre os papéis dos intérpretes educacionais: uma abordagem internacional. *Fórum*. Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Rio de Janeiro, n. 34, jul-dez 2016, p. 48-62. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/article/view/99/91>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ALBRES, N. A. *Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, N. A. Produção de teses que abordam o intérprete educacional no Brasil. *5º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*, 2016, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, UFSC, 2016. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2016/3533.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ALBRES, N. A.; LACERDA, C. B. F. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 31, p. 179-204, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2013v1n31p179>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2013v1n31p179>. Acesso em: 3 maio. 2019.

ALBRES, N. A.; MENDONÇA, V. Contratação de intérpretes educacionais na rede pública de ensino: um levantamento nacional. In: VI Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, 3 a 5 de outubro de 2018. *Anais [...]* Florianópolis – SC: UFSC, 2018.

ALBRES, N. A.; NEVES, M. S. Formação exigida para atuação como intérpretes educacionais: uma cartografia nacional. In: *VI Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*, 3 a 5 de outubro de 2018. *Anais [...]*, Florianópolis – SC: UFSC, 2018.

ALBRES, N. A.; RODRIGUES, C. H. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. *Bakhtiniana Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 15-41, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/35335/26540>. Acesso em 25 maio. 2019.

ALBRES, N. A.; SOUZA JUNIOR, J. E. A prática como componente curricular e sua implementação em um curso de formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Belas Infieis*, v. 8, n. 1, p. 163-188, 2019. <http://periodicos.unb.br/index.php/belasinfeis/article/view/22632/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ALVES, A. M. P. Subjetividade, infância e modernidade: questões para um debate. *VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*, v. 3, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewArticle/156>. Acesso em 14 out. 2018.

AMORIM, M. Vozes e Silenciadores no texto de pesquisa em Ciências Humanas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 07-19, julho de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14396.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. M. *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; 2010. v. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. *Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. *Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; VIEIRA, A. J. Subjetividade, individualidade e singularidade na criança: um sujeito que se constitui socialmente. *Bakhtiniana Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 57-74, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/10331>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FRANCISCO, C.; SANTOS, S. A. Editais de concursos públicos: análise das atribuições dos intérpretes educacionais libras-português. *Sinalizar*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 48-64, jan-jun 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/35856>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GESSER, A. Interpretar ensinando e ensinar interpretando: posições assumidas no ato interpretativo em contexto de inclusão para surdos. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 534-556, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p534>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Da cognição aos modelos subjetivos da produção intelectual na aprendizagem*. Projeto aprovado pelo CNPq no edital de bolsa de produtividade em pesquisa, 2013. Documento não publicado.

GONZÁLEZ REY, F. L. El aprendizaje em el enfoque histórico-cultural: sentido y aprendizaje. In: ARANTES, E.; CHAVES, S. M. (org.). *Concepções e práticas em formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 57-69.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

GONZÁLEZ REY, F. L. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. L.; GOULART, D. M.; BEZERRA, M. S. Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional na psicologia. *Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), p. 54-65, dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/24379>. Acesso em: 4 abr. 2019.

LACERDA, C. B. F. de. *Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de Língua de Sinais no contexto da uma sala de aula de alunos ouvintes. In: LACERDA, C. B. F. de; GOÉS, Maria C. R. de. *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000, p. 52-84.

LEITE, E. C. M. *Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva*. 2004. 235 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade

Federal do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191535>. Acesso em: 25 abr. 2019.

LODI, A. C. B. A formação do tradutor e intérprete de Libras-língua portuguesa e sua atuação na educação de surdos. In: *VIII Congresso Internacional e XIV Seminário Nacional do INES, 2009, Rio de Janeiro. Anais [...]* Congresso INES: Múltiplos atores e saberes na educação de surdos. Curitiba: Editora Progressiva, 2009. p. 26-34. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B6WyKJSZvdJdaTdaTEZDbUhfMEk>. Acesso em: 13 maio 2019.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS; V. R. de O.; LACERDA, C. B. F. de. Educação inclusiva bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas educacionais e linguísticas. *Revista de Educação PUC-Campinas.*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-178, maio/ago., 2016. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3277>. Acesso em: 16 maio 2019.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. Portaria n. 122, de 14 de julho de 2016. *Diário oficial do Município de Florianópolis*. Florianópolis, SC, 15 jul. 2016, p. 4-8. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_08_2016_10.48.44.5b1ffb8a61e252ca2ea91ed43dab8cb2.pdf. Acesso em: 23 abr. 2018.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. *Processo seletivo de substitutos*: Edital nº 004/2018. Abre inscrições do para a contratação de substitutos para diversos cargos do magistério para o ano letivo de 2019. Disponível em: http://substituto2019.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2018_PMF_Substitutos_Ed_04_TA01.pdf&inline=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SALDANHA, G., O'BRIEN, S. Research methodologies in translation studies. *Journal of Research Design and Statistics in Linguistics and Communication Science*, New York, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://journals.equinoxpub.com/JRDS/article/view/30024/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SANTA CATARINA. *Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina*. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. São José, SC: FCEE, 2004. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/downloads/biblioteca-virtual/educacao-especial/cas/92-politica-dos-surdos>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SANTOS, S. A. *Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal Santa Catarina: Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122677>. Acesso em: 30 maio 2019.

SILVA, D.; FERNANDES, S. F. O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 35-50, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24814>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SOUZA, S. J. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

YÁNIZ, C.; VILLARDÓN, L. *Planificar desde competencias para promover el aprendizaje*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.